



Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas - 2º Trimestre 2021



Balanço Patrimonial	5
Demonstração do Resultado do Exercício	7
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração do Fluxo de Caixa	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	12
Nota 1. Contexto Operacional	13
1.1. Informações gerais do contexto econômico e considerações acerca da COVID- 19	13
Nota 2. Preparação e apresentação das demonstrações financeiras	14
2.1. Declaração de conformidade com as normas brasileiras de contabilidade	14
2.2. Base de mensuração	14
2.3. Moeda funcional e de apresentação	14
2.4. Uso de estimativas e julgamentos	15
2.5. Mensuração do valor justo	15
2.6. Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC	15
2.7. Demonstração do Valor Adicionado - DVA	15
Nota 3. Mudanças de política contábil com efeito retroativo	15
3.1. Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa	15
3.2. Montante dos ajustes	15
3.2.1. Impacto no Ativo Fiscal Diferido	16
3.3. Impacto nas demonstrações financeiras	16
Nota 4. Resumo das principais políticas contábeis	16
4.1. Ativo Imobilizado	16
4.2. Ativo Intangível	17
4.3. Benefícios a empregados	17
4.4. Caixa e equivalente de caixa	17
4.5. Instrumentos financeiros	17
4.5.1. Fundo de aplicação extramercado	17
4.5.2. Créditos a receber de clientes	17
4.5.3. Contas a pagar ou fornecedores	17
4.6. Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	18
4.7. Provisões trabalhistas e cíveis	18
4.8. Provisões administrativas e tributárias	18
4.9. Receita operacional	19
4.10. Apresentação pelo valor líquido	19

Ativo	19
Ativo Circulante	19
Nota 5. Caixa e equivalente de caixa	19
5.1. Bancos conta movimento	19
5.2. Aplicação financeira	19
Nota 6. Créditos a receber	21
6.1. Clientes	21
6.2. Ressarcimento de Pessoal cedido a órgãos externos	21
6.2.2. Vencimentos em processo de ressarcimento	22
6.3. Créditos diversos a receber	22
6.4. Créditos tributários	22
Nota 7. Ativo não circulante para venda	23
Ativo Não Circulante	23
Nota 8. Realizável a longo prazo	23
8.1. Depósitos judiciais e recursais	23
8.2. Ressarcimento de pessoal	23
8.2.1. Despesas judiciais	24
8.2.2. Provisões trabalhistas	24
8.3. Créditos tributários diferidos	24
8.4. Créditos realizáveis a longo prazo	24
8.4.1. Superávit Serpros	24
8.4.2. Letras Financeiras do Tesouro de Santa Catarina - LFTSC	25
Nota 9. Imobilizado	25
9.1. Movimentação	25
9.2. Movimentação da depreciação/ amortização	25
Nota 10. Intangível	26
Passivo	26
Passivo Circulante	26
Nota 11. Consignações	26
Nota 12. Tributos e Encargos	27
12.1. Passivo fiscal diferido	27
12.2. PASEP/COFINS a recolher	27
Nota 13. Obrigações a pagar	27
13.1. Fornecedores	27
13.2. Obrigações com pessoal a pagar e encargos trabalhistas	27

13.3. Programa de Demissão Voluntária - PDV	28
13.4. Provisão do Acordo Coletivo - ACT	28
13.5. Plano de previdência complementar	28
13.6. Participação nos Lucros ou Resultados - PLR e Remuneração Variável dos Administradores - RVA	28
13.6.1. Participação nos Lucros ou Resultados - PLR	28
13.6.2. Remuneração Variável dos Administradores - RVA	29
13.7. Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	29
Passivo Não Circulante	29
Nota 14. Obrigações tributárias	29
Nota 15. Processo trabalhista a pagar	30
Nota 16. Provisões trabalhistas, cíveis e administrativas	30
16.1. Classificação dos riscos das provisões trabalhistas e cíveis	30
16.2. Provisões trabalhistas e cíveis	30
16.2.1. Movimentação dos processos	31
16.2.3. Declaração da Administração quanto ao reconhecimento e divulgação de provisões judiciais	31
16.3. Provisões administrativas	31
Nota 17. Resultado do Exercício	32
17.1. Receita Bruta	32
17.1.1. Composição por obrigação de desempenho	32
17.2. Receita Líquida	33
17.3. Custos e despesas operacionais	33
17.3.1. Aumentos e Reduções dos gastos	34
17.3.2. Custo de benefícios de assistência à saúde aos empregados - CGPAR	34
17.3.2.1. Gasto total em Saúde - Jun/2021	34
17.3.2.2 Participação custeio Assistência à Saúde - 2021	35
17.4. Resultado Financeiro	35
17.5. Tributos sobre o lucro	35
17.5.1. Imposto de Renda e Contribuição Social	36
17.5.2. Conciliação da despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	36
17.5.3. Demonstração da apuração do lucro a excluir do IRPJ	36
17.5.3.1. Distribuição da Receita Líquida	36
17.5.3.2. Apuração do lucro atribuído ao setor público a excluir do IRPJ	37
17.5.4. Movimentação dos saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos	37
17.5.5. Reflexo da aplicação da Imunidade Tributária no IRPJ	38
17.5.5.1. Reflexo na apuração dos tributos correntes	38
17.5.5.2. Reflexo na apuração dos tributos diferidos	38
Nota 18. Partes Relacionadas	38

18.1. Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC	38
18.2. Composição dos órgãos estatutários	39
Anexo I. Normas brasileiras de contabilidade aplicáveis	41
Anexo II. Legislação aplicável	42
Anexo III. Sumário de siglas e abreviaturas	44

Balanco Patrimonial

Em milhares de R\$

Ativo	NE	30/06/2021	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
			(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Circulante		2.355.869	2.408.142	1.851.001	1.233.927
. Caixa e equivalentes de caixa	5	1.241.700	1.694.495	1.007.510	487.881
. Ativos financeiros		566	587	438	462
. Créditos a receber	6	1.110.523	710.071	839.990	741.985
Clientes	6.1	779.484	460.413	589.715	572.113
Ressarcimento de pessoal	6.2	98.247	99.145	81.145	88.349
Créditos diversos a receber	6.3	86.610	41.165	23.476	2.382
Créditos tributários	6.4	146.182	109.349	145.654	79.140
. Bens, Valores e Demais de curto prazo		372	280	355	891
. Ativo não circulante mantido para venda	7	2.708	2.708	2.708	2.708
Não Circulante		1.852.173	1.811.233	1.864.482	1.741.591
. Realizável a longo prazo		1.262.382	1.198.794	1.323.765	1.187.453
Depósitos judiciais e recursais	8.1	315.146	275.743	230.544	289.827
Ressarcimento de pessoal	8.2	325.354	314.322	351.731	408.413
Créditos tributários diferidos	8.3	519.350	500.115	640.038	428.855
Créditos realizáveis a longo prazo	8.4	102.210	108.270	101.386	60.287
Outros ativos		322	343	66	72
. Imobilizado	9	514.360	548.464	476.669	475.360
. Intangível	10	75.432	64.295	64.048	78.778
Total do Ativo		4.208.043	4.219.375	3.715.482	2.975.519

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas.

Passivo	NE	30/06/2021	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
			(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Circulante		860.312	1.117.392	898.964	814.469
. Consignações	11	47.985	95.427	91.234	56.445
. Tributos e encargos sociais	12	179.693	164.104	156.528	174.725
. Depósitos diversas origens		1.047	1.697	3.589	3.772
. Obrigações a pagar		631.591	856.165	647.613	579.527
Fornecedores	13.1	41.689	163.754	103.589	126.542
Pessoal a pagar e encargos trabalhistas	13.2	365.583	309.822	295.553	289.271
Ações Programa de Demissão Voluntária	13.3	37.276	117.617		
Processo trabalhista a pagar		65.015	64.561	65.214	74.483
Provisão acordo coletivo de trabalho	13.4	60.937	25.574		
Plano de previdência complementar	13.5	18.713	35.941	37.952	37.178
Participação nos lucros ou resultados	13.6	805	29.147	29.646	
Dividendos/Juros sobre o capital próprio	13.7	41.505	109.749	115.627	52.019
Outras obrigações		67	-	32	34
Não Circulante		1.397.262	1.353.770	1.799.690	1.178.067
Obrigações tributárias	14	339.690	241.920	80.204	45.851
Processo trabalhista a pagar	15	23.402	55.417	118.057	180.240
Provisões trabalhistas, cíveis e administrativas	16	418.355	444.505	388.163	242.956
Benefícios pós-emprego		611.215	607.189	1.212.546	708.270
Obrigações judiciais e demais obrigações		4.601	4.740	720	750
Patrimônio Líquido		1.950.468	1.748.211	1.016.830	982.983
. Capital		1.061.005	1.061.005	1.061.005	1.061.005
. Reservas		861.068	870.440	648.492	309.753
Reservas de reavaliação		77.478	78.009	79.096	138.214
Reservas de lucros		783.590	792.431	569.396	171.538
. Dividendo adicional proposto		0	109.749		
. Outros resultados abrangentes		(293.004)	(292.983)	(692.667)	(387.775)
. Lucros ou Prejuízos acumulados		321.399			
Total Do Passivo		4.208.043	4.219.374	3.715.484	2.975.519

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas.

Demonstração do Resultado do Exercício

Em milhares de R\$

	NE	30/06/2021	30/06/2020 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	17.2	1.332.802	1.308.568
Custo dos serviços prestados	17.3	(687.322)	(704.005)
Lucro bruto		645.480	604.563
Despesas operacionais (exceto resultado financeiro)		(293.930)	(384.681)
Despesas com pessoal e benefícios		(216.915)	(258.294)
Depreciação e amortização		(14.074)	(11.070)
Locação		(7.994)	(5.667)
Manutenção		(16.011)	(16.740)
Serviços de comunicação		(3.532)	(1.754)
Serviços profissionais e contratados		(6.355)	(16.717)
Serviços públicos		(3.415)	(5.144)
Resultado com créditos a receber		(18.960)	(31.808)
Despesas tributárias diversas		(4.010)	(1.446)
Materiais		(1.639)	(1.048)
Outras despesas/receitas		(26.728)	(9.985)
Resultado com ações judiciais		25.704	(25.009)
Resultado financeiro	17.4	31.010	45.335
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		382.560	265.217
Tributos sobre o lucro	17.5	(29.028)	(19.726)
Tributos correntes		(47.294)	(35.359)
Tributos diferidos		18.266	15.633
Lucro/Prejuízo líquido do exercício		353.532	245.491

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

	2º Trimestre 2021	2º Trimestre 2020 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	690.111	667.256
Custo dos serviços prestados	(361.238)	(365.550)
Lucro bruto	328.873	301.706
Despesas operacionais (exceto resultado financeiro)	(176.878)	(202.414)
Despesas com pessoal e benefícios	(130.524)	(143.900)
Depreciação e amortização	(9.632)	(5.645)
Locação	(4.973)	(3.432)
Manutenção	(9.788)	(9.413)
Serviços de comunicação	(996)	(1.754)
Serviços profissionais e contratados	(2.722)	(8.193)
Serviços públicos	(1.659)	(2.390)
Resultado com créditos a receber	(6.561)	(16.438)
Despesas tributárias diversas	(1.516)	(736)
Materiais	(884)	(477)
Outras despesas/receitas	(25.042)	(6.838)
Resultado com ações judiciais	17.419	(3.198)
Resultado financeiro	22.092	38.567
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	174.089	137.859
Tributos sobre o lucro	(7.361)	(12.337)
Tributos correntes	(35.739)	(9.783)
Tributos diferidos	28.378	(2.554)
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	166.728	125.521

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

Demonstração do Resultado Abrangente

Em milhares de R\$

	30/06/2021	30/06/2020 (Reapresentado)
Resultado líquido do período	353.532	245.491
(+/-) Outros resultados abrangentes		
Ajustes de passivo atuarial	(21)	(3)
Resultado abrangente no período	353.511	245.488

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

	2º Trimestre 2021	2º Trimestre 2020 (Reapresentado)
Resultado líquido do período	166.728	125.521
(+/-) Outros resultados abrangentes		
Ajustes de passivo atuarial	76	33
Resultado abrangente no período	166.804	125.554

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

Demonstração do Fluxo de Caixa

Em milhares de R\$

	30/06/2021	30/06/2020
Atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	1.047.781	1.130.092
Recebimentos de clientes – exercícios anteriores	201.335	286.646
Ressarcimento de pessoal requisitado	158.391	137.469
Outros recebimentos	49.604	63.003
Tributos e encargos	(223.494)	(209.508)
Pessoal e encargos	(987.985)	(926.233)
Sentenças judiciais	(137.577)	(47.988)
Pagamentos a fornecedores	(200.261)	(176.032)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais (a)	(92.206)	257.449
Atividades de Investimentos		
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento (b)	(139.245)	(53.592)
Atividades de Financiamento		
Dividendos pagos	(221.344)	(117.613)
Caixa líquido gerado nas atividades de Financiamento (c)	(221.344)	(117.613)
Movimentação líquida de caixa e equivalente de caixa (a) + (b) + (c)	(452.795)	86.244
Saldo inicial – caixa e equivalentes de caixa	1.694.495	1.007.510
Saldo final – caixa e equivalentes de caixa	1.241.700	1.093.753

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas.

Demonstração do Valor Adicionado

Em milhares de R\$

Valor Adicionado a Distribuir	30/06/2021	%	30/06/2020 (Reapresentado)	%
Receitas	1.559.397	113	1.519.772	113
Vendas de Serviços	1.633.306	119	1.555.013	116
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(18.960)	(1)	(31.808)	(2)
Descontos Concedidos	(54.223)	(4)	(2.820)	(0)
Vendas Canceladas	(726)	(0)	(613)	(0)
Insumos adquiridos de terceiros	(195.173)	(14)	(153.521)	(11)
Valor adicionado bruto	1.364.224	99	1.366.252	102
Retenções	(24.580)	(2)	(79.099)	(6)
Depreciações e Amortizações	(50.284)	(4)	(54.090)	(4)
Resultados com Ações Judiciais	25.704	2	(25.009)	(2)
Valor adicionado líquido	1.339.644	97	1.287.153	96
Recebidos de terceiros	36.366	3	56.708	4
Total	1.376.010	100	1.343.861	100

Distribuição do valor adicionado	30/06/2021	%	30/06/2020 (Reapresentado)	%
Empregados (Salários, Encargos e Benefícios)	709.561	52	799.054	58
Governo (Impostos e Contribuições)	310.719	23	297.380	22
Capitais de Terceiros	1.676	0	761	0
Capital Próprio	354.054	26	246.665	18
Lucros/Prejuízos Retidos	312.558	763	205.889	502
Dividendos Adicionais Propostos	40.974	100	39.602	97
Acionista (Juros sobre dividendos)	522	1	1.174	3
Total	1.376.010	100	1.343.861	100

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de R\$

	Capital	Reservas			Outras Reservas	Lucros ou prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido
		Reavaliação	Legal	Retenção de lucros				
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Publicado)	1.061.005	79.096	35.294	504.605			(692.667)	987.334
Ajustes de exercícios anteriores			1.475	28.022				29.497
Saldo em 1º de janeiro de 2020 (Reapresentado)	1.061.005	79.096	36.769	532.627	0	0	(692.667)	1.016.831
Lucros/Prejuízos Líquidos						245.491		245.491
Realização da reserva de reavaliação		(544)						(544)
JCP e Dividendos						(39.602)		(39.602)
Outros Resultados Abrangentes							(3)	(3)
Saldo em 30 de Junho de 2020	1.061.005	78.552	36.769	532.627	0	205.889	(692.670)	1.222.172

	Capital	Reservas			Outras Reservas	Lucros ou prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido
		Reavaliação	Legal	Retenção de lucros				
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (Publicado)	1.061.005	78.009	58.399	725.191	109.749		(292.983)	1.739.371
Ajustes de exercícios anteriores			442	8.399				8.841
Saldo em 01 de janeiro de 2021 (Reapresentado)	1.061.005	78.009	58.841	733.590	109.749	0	(292.983)	1.748.212
Resultado Líquido do Período						353.532		353.532
Realização da reserva de reavaliação		(531)						(531)
JCP imputados a dividendos					(109.749)	(40.974)		(150.723)
Outros Resultados Abrangentes							(21)	(21)
Saldo em 30 de Junho de 2021	1.061.005	77.478	58.841	733.590	0	312.558	(293.004)	1.950.468

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

Nota 1. Contexto Operacional

O Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro é uma empresa pública, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, vinculada ao Ministério da Economia, com sede em Brasília (DF). Foi criada pela Lei nº 4.516, de 1º de dezembro de 1964 e está regido pela Lei nº 5.615, de 13 de outubro de 1970; Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; regulamentado pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016; por seu Estatuto Social vigente e pelas normas legais que lhe forem aplicáveis.

Com sede em Brasília (DF), o Serpro possui presença nacional, robusta infraestrutura tecnológica e ampla experiência no desenvolvimento, manutenção e hospedagem de grandes sistemas da Administração Pública Federal, oferecendo serviços de inteligência em TI para os setores público e privado.

Atento à exigência legal de desenvolver soluções tecnológicas que atendam ao relevante interesse coletivo e ao imperativo de segurança nacional, como propulsor da transformação digital no país, o Serpro busca ser reconhecido como a empresa que viabiliza o governo digital e que tem compromisso com a segurança e a proteção de dados do cidadão contra uso indevido e não autorizado, atendendo aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

1.1. Informações gerais do contexto econômico e considerações acerca da COVID-19

No início de 2021, o Brasil sofreu com a chamada “segunda onda” do COVID-19, com impacto direto sobre a atividade econômica, que apresentava àquela época sinais, ainda que pequenos, de recuperação. No último mês, junho, observa-se que o avanço da vacinação proporcionou aos governos a flexibilização das restrições sanitárias, impulsionando assim o consumo e consequentemente uma melhora na atividade econômica quando comparada ao período imediatamente anterior.

Segundo o boletim Focus, de 09 de julho de 2021, a projeção do mercado é que o PIB nacional tenha uma recuperação em torno de 5,26%, quando comparado ao ano anterior, patamar superior aos 3,50% projetados em janeiro de 2021. Em meio a esse cenário, o Serpro demonstra resiliência, adaptabilidade às mudanças e tempestividade para responder às alterações de cenário no ambiente externo minimizando os efeitos da pandemia no desempenho empresarial.

A continuidade de ações de gestão empresarial, implementadas durante o exercício de 2020, com foco em aumento de produtividade, adaptabilidade empresarial, conquista de novos clientes e otimização dos recursos, foram determinantes para o resultado alcançado no 2º trimestre de 2021, quando apresentou lucro líquido de R\$ 353,5 milhões, este montante é 44,01% superior ao resultado apurado no mesmo período do ano anterior.

O cenário fiscal do país mantém-se o mesmo, o Serpro continua sendo impactado, uma vez que os principais clientes da Empresa são unidades do Governo dependentes de recursos do Orçamento Geral da União (OGU). A queda na arrecadação federal, reflexo da diminuição verificada nas atividades econômicas, resulta em restrições orçamentárias para esses clientes.

Em contraponto às restrições dos clientes públicos, nota-se expressivo crescimento nas receitas provenientes de clientes privados, no 2º trimestre de 2021 observou-se crescimento de 50,78% quando comparado ao 2º trimestre de 2020. Esse resultado demonstra empiricamente o acerto da estratégia adotada de intensificar a diversificação da carteira de clientes e a geração de novos negócios, o que trouxe o resultado expressivo da expansão das receitas com o mercado privado,

mercado este que representou 15,34% de toda receita bruta operacional apurada no 2º trimestre de 2021.

A Empresa continua a atuar de forma tempestiva e proativa para apoiar o governo no enfrentamento ao coronavírus (COVID-19) e ajudar a minimizar os efeitos provocados pela pandemia, com soluções digitais especialmente nas áreas de gestão pública, infraestrutura, saúde, educação e fazendária.

A gestão empresarial segue em alerta ao contexto atual da pandemia, agindo de forma a assegurar a sustentabilidade econômico-financeira, adotando medidas de contenção de gastos, otimização de recursos e minimização dos potenciais impactos financeiros, além daquelas voltadas à preservação da saúde dos empregados.

Cabe destacar que, até o momento, não houve ocorrências que requeressem registros com impactos negativos na situação patrimonial do Serpro, haja vista: a continuidade de prestação de serviços junto aos clientes, sem redução do valor dos contratos vigentes; a consequente manutenção do valor de uso de seus ativos; e o fortalecimento da posição da Empresa como responsável pelos sistemas estruturantes do Governo Federal.

O SERPRO vem adotando os devidos procedimentos e ações sanitárias de prevenção aos efeitos da COVID-19, visando a máxima segurança dos empregados no ambiente de trabalho, realizando ainda o monitoramento contínuo do avanço da pandemia em cada Estado brasileiro, e nas localidades em que houve retrocesso no controle da COVID-19, para que o retorno da força de trabalho ocorra sem prejuízos à saúde dos funcionários.

Nota 2. Preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade com as normas brasileiras de contabilidade

As demonstrações financeiras estão preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A emissão e divulgação das demonstrações contábeis do segundo trimestre, encerrado em 30 de junho de 2021, foi autorizada pela Administração da Empresa em reunião realizada em 28 de julho de 2021.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros, que são avaliados a valor justo com reflexo no patrimônio líquido, das provisões trabalhistas, cíveis e administrativas, que são mensuradas pelo valor atual estimado da obrigação e suas variações impactam diretamente o resultado do exercício, e das provisões matemáticas relativas aos benefícios pós-emprego da Empresa, mensuradas pelo valor presente líquido das obrigações, que podem impactar tanto resultado do exercício quanto outros resultados abrangentes (patrimônio líquido).

2.3. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Empresa é o Real e, para fins de apresentação, as demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua e as revisões dessas estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.5. Mensuração do valor justo

A mensuração do valor justo dos ativos financeiros ocorre pela abordagem do mercado principal, em que são utilizados os preços que foram observados e outras informações relevantes ao produto em transações no mercado que envolvem ativos ou passivos considerados semelhantes.

2.6. Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC

A Empresa apresenta a DFC, conforme NBC TG 03 (R3), pelo método direto, com reconciliação, em nota explicativa (NE 4.3), pelo método indireto.

2.7. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A Empresa elabora DVA, conforme NBC TG 09, em que é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

Nota 3. Mudanças de política contábil com efeito retroativo

Considerando a aplicabilidade dos disposto na NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros o Serpro identificou, no 1º trimestre do exercício de 2021, a necessidade de alteração de sua política contábil referente à apuração das Perdas Estimadas para Créditos em Liquidação Duvidosa (PECLD) a qual nos termos da NBC TG 23 (item 29) Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro requer a reapresentação dos valores correspondentes aos exercícios afetados.

3.1. Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa

O novo método para cálculo da PECLD redimensiona o risco de recebimento dos créditos com clientes, de acordo com cada segmento classificado pelo SERPRO, permitindo assim uma melhor qualificação de seu risco de perda dos créditos e de modo a garantir a melhoria da qualidade da informação.

À luz da NBC TG 48 há que se considerar a perspectiva das perdas esperadas, assim não é necessário que a perda ocorra para que só então a redução do valor recuperável seja reconhecida.

3.2. Montante dos ajustes

Considerando que a mudança de política contábil é retrospectiva, a reapresentação dos valores aos exercícios anteriores afetados foram realizados e os cálculos afetam até os 3 (três) últimos exercícios, quais sejam 2018, 2019 e 2020, nos termos do que define a NBC TG 23 (item 19.b).

Exercício	Ajuste
2018	4.530.998
2019	24.965.590
2020	(20.655.492)
Total	8.841.096

3.2.1. Impacto no Ativo Fiscal Diferido

A reversão da provisão reduziu o Ativo Fiscal Diferido, tendo em vista que a PECLD é base de cálculo para sua constituição à alíquota de 34%.

Exercícios	PECLD	AFD	Líquidos
2018	6.865.149	(2.334.151)	4.530.998
2019	37.826.651	(12.861.061)	24.965.590
2020	(31.296.199)	10.640.708	(20.655.491)
Total	13.395.601	(4.554.504)	8.841.097

3.3. Impacto nas demonstrações financeiras

Com a adequação dos procedimentos contábeis a NBC TG 28 houve reversão dos valores provisionados nos exercícios supracitados, destarte, o impacto nas demonstrações financeiras foi de R\$ 8,8 milhões registrados no Patrimônio Líquido (Ajustes de exercícios anteriores), em que R\$ 13,3 milhões foram reversão de PECLD e R\$ 4,5 milhões reversão de AFD.

Exercícios	Balço Patrimonial				Resultado do Exercício	
	Ativo		Patrimônio Líquido		Publicado	Reapresentado
	Publicado	Reapresentado	Publicado	Reapresentado		
2018	2.970.988	2.975.519	978.452	982.983	459.702	464.233
2019	3.685.986	3.715.483	987.334	1.016.831	486.849	511.815
2020	4.210.534	4.219.375	1.739.371	1.748.212	462.103	441.447

Nota 4. Resumo das principais políticas contábeis

4.1. Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades empresariais. São mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas.

4.2. Ativo Intangível

Trata-se de gastos incorridos, que atendem aos critérios de reconhecimento e mensuração para serem ativados, diretamente associados a software identificáveis e únicos. São mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas.

4.3. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados compreendem os benefícios de curto prazo a empregados, cuja liquidação é esperada em até 12 meses; os benefícios pós-emprego, e os benefícios rescisórios, referentes ao Programa de Demissão Voluntária oferecido pelo Serpro.

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme prestação do serviço correspondente. As obrigações com benefícios pós-emprego a empregados são constituídas de Planos de previdência complementar (Planos de benefício definido e Planos de contribuição variável) e Programa de Assistência à Saúde (PAS/SERPRO).

Em decorrência da realização de Programa de Demissão Voluntária (PDV), o Serpro oferece a seus empregados aptos benefícios resultantes da decisão do empregado de aceitar uma oferta por parte da Empresa em troca da rescisão do contrato de trabalho

4.4. Caixa e equivalente de caixa

Compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com realização imediata. Estão sujeitos a risco insignificante de alteração no valor justo, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

4.5. Instrumentos financeiros

Em relação a NBC TG 48 (rev 14) e CPC 48 (rev 14), estão incluídos, no Serpro, os itens patrimoniais: fundo de aplicação extramercado; créditos a receber de clientes; investimentos em incentivos fiscais; e contas a pagar ou fornecedores.

4.5.1. Fundo de aplicação extramercado

São valores de curto prazo, geralmente classificados como caixa e equivalentes de caixa, uma vez que podem ser resgatados para fins de fluxo de caixa. Em todos os casos, a mensuração ocorre pelo valor justo com contrapartida em conta de resultado (VJR), uma vez que no caso de caixa e equivalente de caixa são considerados, nos termos da NBC TG 48, como mantidos para negociação.

4.5.2. Créditos a receber de clientes

Não possuem componente de financiamento, uma vez que representam o valor acordado entre as partes, com vencimento médio de trinta dias, ou seja, não ultrapassam um exercício financeiro, não sendo aplicável também o cálculo de ajuste a valor presente.

Nos termos da NBC TG 48, o modelo de negócio referente a este ativo tem como objetivo a manutenção de ativos para receber fluxos de caixa contratuais, sendo portanto reconhecidos pelo custo amortizado

4.5.3. Contas a pagar ou fornecedores

Os valores de fornecedores e contas a pagar não possuem componente de

financiamento, uma vez que representam o valor acordado entre as partes, com vencimento no curto prazo, não sendo aplicável também o cálculo de ajuste a valor presente.

É reconhecido pelo custo amortizado, não se alterando a forma anterior de reconhecimento. Conforme acima, os grupos relevantes afetados pela NBC TG 48 não foram impactados no Serpro. O quadro abaixo sintetiza as principais informações:

Grupo	Modelo de Negócio	Objetivo	Mensuração
1.Fundo de aplicação extramercado	Mantido para negociação e realização	Valorização do recurso e liquidez	Valor Justo em Resultado
2. Créditos a receber de clientes	Mantido para receber fluxos de caixa	Manter ativos para receber fluxos de caixas contratuais	Custo amortizado
2.1 Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	Mantido para receber fluxos de caixa	Manter ativos para receber fluxos de caixas contratuais	Estimativa de perdas futuras em Resultado
3. Investimentos em incentivos fiscais	Mantido para venda do ativo (não mantido para negociação ou negociação futura)	Usufruir dos benefícios fiscais e vender o ativo	Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes
4. Contas a pagar e fornecedores	Mantido para manutenção das atividades operacionais	Financiar as atividades operacionais; manter até o vencimento	Custo amortizado

4.6. Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa

O cálculo para PECLD considera perfil de pagamento dos clientes, levando em consideração a probabilidade de perda ao longo das faixas de inadimplência e a recuperabilidade desses valores de acordo com a série histórica.

Os tipos de clientes são segmentados nas categorias Clientes Públicos OGU, Clientes Públicos Não OGU e Mercado Privado e, a partir desta segmentação é analisado o comportamento histórico da performance de pagamentos dos clientes, no intuito de determinar o padrão de comportamento passado, avaliar as condições atuais, e realizar estimativas de acordo com a probabilidade de perda, recuperabilidade dos recebíveis e impacto das condições econômicas, identificando o risco inerente a cada esfera. Permanecem incluídos também como PECLD os valores em avaliação de direito registrados, integralmente, no ativo não circulante.

4.7. Provisões trabalhistas e cíveis

São provisionados os valores das ações, em fase de execução, que tenham probabilidade de saída de recursos igual ou superior a provável, classificados pelo departamento jurídico, como prováveis.

4.8. Provisões administrativas e tributárias

Os tributos de natureza indireta, incidentes sobre a receita oriunda dos entes públicos, que foram incluídos nos preços dos serviços e não recolhidos em virtude da aplicação da imunidade, estão registrados em provisões administrativas no passivo circulante para ressarcimento a clientes, nos casos em que houver decisão favorável definitiva.

4.9. Receita operacional

Nos termos da NBC TG 47, o Serpro adota critério de reconhecimento da receita ao longo do tempo. Dessa forma, são contabilizadas além das receitas efetivamente faturadas, as receitas a faturar na mesma competência. Utilizam-se estimativas e premissas que refletem o tamanho e a composição da carteira de clientes. Assim, contabiliza-se, mensalmente, a receita a faturar em valor estimado, com base na média observada nos 90 dias que antecedem o período considerado.

4.10. Apresentação pelo valor líquido

As contas ativas e passivas que guardam, em sua essência, relações entre si, foram consideradas, para fins de apresentação, pelo valor líquido em razão de possuírem natureza semelhante.

Ativo

Ativo Circulante

Nota 5. Caixa e equivalente de caixa

Descrição	Em milhares de R\$	
	Jun/2021	Dez/2020
Caixa/ Bancos	21.211	139.930
Aplicação financeira	1.220.489	1.554.565
Caixa e equivalente de caixa	1.241.700	1.694.495

5.1. Bancos conta movimento

São recursos financeiros disponíveis, depositados, em sua maioria, R\$ 20,8 milhões, na conta limite de saque com vinculação de pagamento.

5.2. Aplicação financeira

Trata-se de aplicações financeiras de alta liquidez. Nos termos estabelecidos na Resolução 3284, de 15/05/2005, do Banco Central do Brasil – BCB, a quantia de R\$ 1.220,5 milhões foi aplicada no mercado financeiro, contemplando os seguintes fundos de investimento, lastreados em títulos públicos federais, cujas rentabilidades são atreladas à taxa SELIC.

Descrição	Em milhares de R\$			
	Rentabilidade (%)		Jun/2021	Dez/2020
	No mês	No ano		
BB Extramercado FAE Fundo de Investimento em Renda Fixa	0,2080	0,7240	663.990.895	510.405
BB Extramercado FAE Fundo de Investimento em Renda Fixa	0,2080	0,7240	2.741.597	17.360
BB Extramercado FAE Fundo de Investimento em Renda Fixa	0,2080	0,7240	20.781.300	-
CAIXA FI Extramercado Comum IRFM-1	0,200	0,7600	532.975.520	1.026.800
			1.220.489.312	1.554.565

Em milhares R\$

Descrição	Jun/2021	Jun/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	353.532	245.491
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	50.284	54.090
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13.381	40.719
Demais provisões para contas a receber	5.579	1.668
Provisões Trabalhistas, Cíveis e Administrativas	(70.836)	30.742
Benefícios pós-emprego	4.026	17.445
Provisão acordo coletivo de trabalho	32.452	7.484
Despesas de juros	1.845	1.986
Receitas de juros	(18.844)	(27.259)
Créditos tributários	1.604	19.726
Lucro ajustado	300.002	240.451
Movimentações Patrimoniais		
Contas a receber	(338.031)	(119.361)
Ressarcimento de pessoal	28.058	6.349
Créditos diversos a receber	(20.590)	12.888
Créditos Tributários	(57.672)	(99.570)
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	(39.403)	(6.804)
Tributos e Encargos Sociais	113.359	81.639
Consignações	(47.445)	33.619
Fornecedores	(10.457)	(20.911)
Pessoal a Pagar	(38.898)	19.410
Provisões Trabalhistas, Cíveis e Administrativas	6.494	0
Processos trabalhistas a pagar	(31.560)	(32.214)
Participação nos lucros ou resultados	(28.342)	0
Outras obrigações	(742)	892
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais (a)	(92.207)	257.449
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(139.245)	(53.592)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (b)	(139.245)	(53.592)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(221.344)	(117.613)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (c)	(221.344)	(117.613)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa no período (a) + (b) + (c)	(452.795)	86.244
Saldo inicial - Caixa e Equivalentes de Caixa	1.694.495	1.007.510
Saldo final - Caixa e Equivalentes de Caixa	1.241.700	1.093.753

Nota 6. Créditos a receber

6.1. Clientes

Os valores dos créditos a receber de clientes no encerramento do trimestre (R\$749,9 milhões), registrados no curto prazo, são apresentados no balanço e deduzidos das Perdas Estimadas em Créditos em Liquidação Duvidosa (PECLD) no valor de R\$82,7 milhões e de Perdas Incorridas no montante de 36,0 milhões.

Descrição	Em milhares de R\$	
	Jun/2021	Dez/2020 Reapresentado
Créditos a receber a faturar	148.225	146.646
Créditos a receber de clientes a vencer	365.125	181.340
Vencidos até 30 dias	77.069	10.147
Vencidos de 31 a 60 dias	41.196	29.916
Vencidos de 61 a 90 dias	33.973	13.860
Vencidos de 91 a 180 dias	65.664	19.953
Vencidos de 181 a 365 dias	28.602	45.156
Vencidos acima de 365 dias	138.332	113.781
Créditos a receber	898.186	560.799
PECLD*	(118.702)	(100.386)
Total	779.484	460.413

*O valor de perdas é a soma de perdas estimadas e incorridas

Os valores de créditos a receber de clientes, registrados no longo prazo (R\$ 261,5 milhões), referem-se a faturas de clientes em avaliação de direito, em sua maioria em processo de conciliação e estão contabilizados como perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

Descrição	Em milhares de R\$	
	Jun/2021	Dez/2020
Faturas a Receber	261.461	258.374
PECLD	(261.165)	(258.374)

6.2. Ressarcimento de Pessoal cedido a órgãos externos

Em junho de 2021, o Serpro possuía 2.129 empregados cedidos a órgãos do governo federal, em sua grande maioria vinculados ao Ministério da Economia e é responsável pelo processamento e pagamento da folha de salários desses empregados, com direito a ressarcimento pelo cessionário. Dessa forma são emitidas Notas de Ressarcimento que são o reconhecimento do direito ao reembolso do pagamento da folha de salário e correlatos.

6.2.1. Valores a serem ressarcidos

Descrição	Em milhares de R\$	
	Jun/2021	Dez/2020
Créditos a receber - Fopag (6.2.2)	34.669	38.451
Sentenças judiciais	54.374	54.400
Provisões ACT	9.204	6.293
Total	98.247	99.145

Os créditos a receber - Fopag, são valores relacionados à folha de pagamentos ainda em processo de ressarcimento; as sentenças judiciais, referem-se a acordos trabalhistas cujas obrigações constam do passivo circulante e as provisões do acordo coletivo de trabalho 2020/2021 são os valores de remuneração, encargos e benefícios, referentes ao pessoal cedido.

6.2.2. Vencimentos em processo de ressarcimento

Em milhares de R\$

Descrição	Jun/2021	Dez/2020
A vencer	26.175	21.880
Vencidos até 30 dias	274	293
Vencidos de 31 a 60 dias	222	124
Vencidos de 61 a 90 dias	24	75
Vencidos de 91 a 180 dias	125	102
Vencidos de 181 a 360 dias	173	12
Vencidos acima de 360 dias	7.676	15.965
Total	34.669	38.451

6.3. Créditos diversos a receber

Em milhares de R\$

Descrição	Jun/2021	Dez/2020
Créditos previdenciários - Superávit Serpros	23.528	22.160
Reembolso Aux. Doença e Acidente	139	158
Acerto Financeiro c/Servidor/ex-empregado	10	3
Títulos a Receber	222	112
Créditos decorrentes de Folha de Pagamento	62.270	18.292
Adiantamentos concedidos	441	441
Total	86.610	41.166

6.4. Créditos tributários

Em milhares de R\$

Descrição	Jun/2021	Dez/2020
IRRF a Compensar	2.402	8.382
IR E CSLL a recuperar/ Compensar	191.074	177.552
IRPJ a recolher	(14.973)	(38.090)
CSSL a recolher	(32.321)	(38.495)
Total	146.182	109.349

O valor líquido a compensar de IRPJ e CSLL, de R\$ 146,2 milhões, representa a diferença entre as antecipações decorrentes de retenção na fonte, os pagamentos realizados por estimativas, e os valores desses tributos devidos no final do período.

Nota 7. Ativo não circulante para venda

O ativo mantido para venda no Serpro refere-se a imóveis não inseridos no contexto operacional da Empresa e com venda aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração.

Os procedimentos adotados estão em conformidade com o que preconiza a NBC TG 31 (R4) - Ativo não circulante para venda e operação descontinuada e em conformidade com a Resolução nº190 de 14/07/2021 do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos-CPPI. Cabe destacar que o SERPRO vem trabalhando num novo plano de venda para esses ativos.

O valor de mercado dos imóveis foi definido a partir de laudos de avaliação de 2017 a 2020. A empresa de avaliação de imóveis identificou que o valor total de mercado é de R\$ 35,9 milhões. Entretanto, foram realizados diversos leilões para venda desses bens, porém não houve interessados. O Serpro busca agora viabilizar a venda por um valor de liquidez menor que o de avaliação.

Imóvel	Depreciação acumulada	Valor terreno	Em milhares de R\$	
			Valor contábil	Valor mercado*
RJ/ Teresópolis				
Casa (recebida em acordo judicial)			246	400
DF/ Taguatinga				
Prédio Comercial	(58)	1.348	1.582	8.400
SP/São Paulo				
Prédio Comercial	(201)	78	880	13.117
Prédio Comercial	(2.231)			14.017
Total	(2.490)	1.426	2.708	35.934

Ativo Não Circulante

Nota 8. Realizável a longo prazo

8.1. Depósitos judiciais e recursais

Descrição	Em milhares de R\$	
	Jun/2021	Dez/2020
*Depósitos judiciais e recursais	308.796	269.393
Ações fiscais	6.351	6.351
Total	315.147	275.744

*Este valor dos depósitos judiciais e recursais está deduzido do ajuste de depósitos

O grupo, em sua maioria, R\$308,8 milhões, representa garantia de juízo, sobretudo em ações de natureza trabalhista. Considerando o disposto na Lei nº 13.467/2017, parágrafo 4º, todos os depósitos para recursos passaram a ser feitos em conta vinculada ao juízo e corrigidos com os mesmos índices da poupança. Também integra o referido grupo as ações fiscais no valor de R\$6,3 milhões, que se referem a depósito administrativo referente à autuação fiscal efetuado com a finalidade de afastar os encargos moratórios da penalidade imposta, no caso de não acolhimento dos argumentos de defesa.

8.2. Ressarcimento de pessoal

Descrição	Em milhares de R\$	
	Jun/2021	Dez/2020
(a) Despesas judiciais (PSE)	173.711	200.871
(b) Provisões trabalhistas PSE	151.643	113.451
Total (a) + (b)	325.354	314.322

8.2.1. Despesas judiciais

O montante de R\$173,7 milhões refere-se às notas de ressarcimento referentes aos acordos e processos trabalhistas envolvendo empregados cedidos a outros órgãos, em sua ampla maioria à Receita Federal do Brasil e que aguardam a quitação.

8.2.2. Provisões trabalhistas

O montante de R\$151,6 milhões refere-se aos demais processos trabalhistas de pessoal do quadro externo, conforme controle da SUPJU.

8.3. Créditos tributários diferidos

Descrição	Em milhares de R\$	
	Jun/2021	Dez/2020
Ativo fiscal diferido	645.470	615.687
Passivo fiscal diferido	(126.120)	(115.572)
Total	519.350	500.115

O saldo representa a diferença entre o Ativo Fiscal Diferido e o Passivo Fiscal Diferido constituído sobre as adições e exclusões temporárias na apuração do IRPJ e CSLL.

8.4. Créditos realizáveis a longo prazo

Descrição	Em milhares de R\$	
	Jun/2021	Dez/2020
Créditos a Receber de Fundos de Pensão	101.906	108.270
Superavit Serpros (nota 8.4.1)	13.724	24.174
Letras Financeiras de Santa Catarina (nota 8.4.2)	88.182	84.096
Demais Créd. Realiz. a Longo Prazo	304	22
Total	102.210	108.292

Os créditos realizáveis a longo prazo são compostos, principalmente, pelos créditos a receber de Fundos de Pensão, provenientes dos direitos relacionados às Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC) e à distribuição do superávit do plano PS-II, relativos à parcela do patrocinador.

8.4.1. Superávit Serpros

Os valores contabilizados referem-se ao saldo apurado pelo SERPROS. A apuração da atualização do saldo devido depende da rentabilidade mensal das cotas divulgada ao final de cada mês.

8.4.2. Letras Financeiras do Tesouro de Santa Catarina - LFTSC

Estão reconhecidas pelo valor incontroverso de R\$60 milhões, já deduzido das custas judiciais. O direito do Serpro junto ao SERPROS corresponde a 42,87% dos créditos desta, que monta o valor total de R\$88,2 milhões, atualizado em 30/06/2021, com base em consulta trimestral junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina referente ao precatório nº 0000779- 13.2013.8.24.0500.

Nota 9. Imobilizado

O Ativo Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil empresarial do bem.

Em milhares de R\$

Descrição	Saldo	Depreciação/ Amortização	Valor líquido	
	Jun/2021		Jun/2021	Dez/2020
Edifícios	145.174	(44.430)	100.744	101.548
Terrenos	65.604	0	65.604	65.604
Obras em andamento	13.353	0	13.353	10.722
Instalações	141.452	(104.857)	36.595	42.363
Benfeitorias propr. de terc.	1.817	(1.661)	156	222
IPC/90	19.210	(2.531)	16.679	16.679
Bens móveis	985.877	(704.648)	281.229	311.327
Total	1.372.487	(858.127)	514.360	548.464

9.1. Movimentação

Em milhares de R\$

	Saldo Dez/2020	Adições	Alienações/ Baixas	Transferências	Saldo Jun/2021
Edifícios	145.174	0	0	0	145.174
Terrenos	65.604	0	0	0	65.604
Obras em andamento	10.722	2.650	(18)	0	13.353
Instalações	141.435	17			141.452
Benfeitorias propr. de terc.	1.817	0	0	0	1.817
IPC/90	19.210	0	0	0	19.210
Bens móveis	1.029.359	81.436	(127.198)	2.602	986.199
Total	1.413.320	84.103	(127.216)	2.602	1.372.809

9.2. Movimentação da depreciação/ amortização

Em milhares de R\$

	Saldo Dez/2020	Depreciação/ Amortização	Saldo Jun/2021
Edifícios	(43.626)	(804)	(44.430)
Instalações	(99.072)		(99.072)
Benfeitorias propr. terc.	(1.595)		(1.595)
IPC/90	(2.531)		(2.531)
Bens móveis	(718.031)		(718.031)
Total	(864.855)	(804)	(865.6590)

Nota 10. Intangível

Em milhares de R\$

Descrição	Dez/2020	Adições	Jun/2021
Software	643.301	24.085	667.386
(Amortização acumulada)	(579.006)	(12.948)	(591.954)
Total	64.295	11.137	75.432

O saldo líquido corresponde a licenças de softwares e soluções empregadas na produção de serviços, ainda em processo de amortização. Os softwares criados internamente não estão registrados.

Passivo

Passivo Circulante

Nota 11. Consignações

Em milhares de R\$

Descrição	Jun/2021	Dez/2020
Previdência social	14.133	14.807
Pensão alimentícia	48	36
IRRF	15.291	49.983
Tributos federais retidos	6.042	16.487
ISS	491	427
Plano de previdência e assistência médica	8.340	9.960
Entidades representativas de classes	(3.431)	154
Empréstimos, retenções e consignatários	7.071	3.573
Total	47.985	95.427

Nota 12. Tributos e Encargos

Em milhares de R\$		
Descrição	Jun/2021	Dez/2020
Passivo fiscal diferido (12.1)	73.459	72.393
PASEP / COFINS a recolher (12.2)	73.432	62.009
Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta	12.499	16.904
FGTS	24.849	8.471
ISS a recolher	(4.577)	3.756
Outros tributos	31	571
Total	179.693	164.104

12.1. Passivo fiscal diferido

Em milhares de R\$		
Descrição	Jun/2021	Dez/2020
IRPJ/ CSLL s/ Crédito Superávit	7.999	7.534
Tributos s/ Crédito de Clientes a Faturar	65.460	64.859
IRPJ/ CSLL	42.636	42.133
Tributos diretos s/ Receita Bruta	22.824	22.726
Total	73.459	72.393

Os tributos diferidos incidem sobre o saldo de Créditos a Receber de Clientes a Faturar (R\$ 65,5 milhões) e sobre o saldo a receber de Superávit SERPROS (R\$ 8 milhões) registrado no ativo circulante. Os tributos diretos sobre a receita bruta a faturar são CPRB, PASEP, COFINS e ISS.

12.2. PASEP/COFINS a recolher

Estão relacionados à movimentação do Contas a Receber de Cliente, tendo em vista que o recolhimento da maioria dessas contribuições ocorre por ocasião do recebimento.

Nota 13. Obrigações a pagar

13.1. Fornecedores

Em milhares de R\$		
Descrição	Jun/2021	Dez/2020
A vencer	41.689	163.754

Houve uma redução de R\$ R\$45,7 milhões, em relação ao trimestre anterior, no saldo das obrigações a pagar junto a fornecedores decorrente dos pagamentos dos contratos, em sua maioria em TI. O Serpro não possui valores vencidos a pagar.

13.2. Obrigações com pessoal a pagar e encargos trabalhistas

Em milhares de R\$		
Descrição	Jun/2021	Dez/2020
Férias	178.503	183.762
13º salário	54.959	0
Licença prêmio	127.525	121.400
Pessoal a Pagar	4.596	4.660
Total	365.583	309.822

13.3. Programa de Demissão Voluntária - PDV

Em milhares de R\$		
Valor Provisionado	Valor Pago	Saldo
130.989	(93.713)	37.276

Em 2020, o Serpro instituiu o PDV para empregados aderentes, com desligamento programado para o mês de dezembro. O valor do incentivo provisionado culminou em R\$131,0 milhões, com pagamentos realizados, até o 2º trimestre de 2021, na ordem de R\$93,7 milhões

13.4. Provisão do Acordo Coletivo - ACT

O saldo de R\$ 60,9 milhões corresponde ao provisionamento do ACT 2020/2021, apurado segundo os termos negociais propostos até o fechamento do 2º trimestre. Cumpre ressaltar que o saldo da provisão reflete as mudanças nas negociações coletivas de trabalho.

13.5. Plano de previdência complementar

Em milhares de R\$		
Descrição	Jun/2021	Dez/2020
Encargos Moratórios	13.344	28.909
Contribuições paritárias	5.369	7.032
Total	18.713	35.941

O saldo de R\$ 18,7 milhões corresponde, sobretudo, a valor reconhecido a título do não pagamento de encargos moratórios junto à EFPC de ação de cobrança de parte relacionada 1 referente ao Processo 0012357-70.2016.401.3400 (CIV-0002/2016). O valor restante representa as contribuições normais paritárias a pagar na data do encerramento do balanço.

Cabe destacar que a variação de 15,6 milhões em Encargos moratórios reflete a baixa decorrente de acordo efetivado entre as partes firmado em maio de 2021, referente a ação de cobrança.

13.6. Participação nos Lucros ou Resultados - PLR e Remuneração Variável dos Administradores - RVA

13.6.1. Participação nos Lucros ou Resultados - PLR

O montante quitado foi de R\$27,1 milhões, sendo que R\$12,2 milhões foram adiantados em março de 2021. O valor da PLR foi distribuído para os empregados ativos em 2020, conforme previsto na cláusula 3ª do ACT.

13.6.2. Remuneração Variável dos Administradores - RVA

A remuneração variável dos Administradores é calculada com base na remuneração média e de acordo com as regras específicas do Programa de Remuneração Variável de Administradores. No 2º trimestre foi realizada revisão da apuração desse valor resultando em uma reversão do valor provisionado de R\$0,4 milhões.

13.7. Juros sobre Capital Próprio e Dividendos

O saldo de R\$ 41,5 milhões corresponde ao cálculo em 2021 de JSCP com base na TJLP. Quanto aos dividendos, cabe destacar o pagamento realizado no 2º Trimestre ao Tesouro Nacional no valor atualizado de R\$221,3 milhões constituídos no encerramento do exercício de 2020, nos termos da Proposta de Destinação do Lucro Líquido, devidamente aprovada; sendo, R\$ 110,6 milhões JCP imputado a dividendos e e R\$110,6 milhões, dividendos adicionais propostos.

Passivo Não Circulante

Nota 14. Obrigações tributárias

Descrição	Em milhares de R\$	
	Jun/2021	Dez/2020
PASEP/COFINS a recolher (14.1)	183.852	118.576
ISS a recolher (14.2)	113.872	84.589
ISS renegociado	38.755	38.755
IPTU a Recolher (14.3)	3.211	0
Total	339.690	241.920

Do conjunto dessas obrigações vincendas após doze meses do encerramento do exercício social, destacam-se:

14.1. PASEP/COFINS a recolher

Representa as contribuições sobre faturas em avaliação de direito classificadas no ativo não circulante (R\$ 13,9 milhões) e serviços prestados a clientes públicos imunes, que sofreram alteração do regime não cumulativo para o regime cumulativo, por conta da aplicação da imunidade tributária, a partir de março de 2020. Esse procedimento resultou na transferência de R\$ 170 milhões do circulante para o não circulante.

14.2. ISS a recolher

Trata-se de obrigação provisionada no valor de R\$ 113,9 milhões, devido a aplicação da imunidade tributária nos municípios de São Paulo, Recife, Porto Alegre, Belém, Fortaleza e Rio de Janeiro. Em Brasília não houve a necessidade de provisionamento, pois a imunidade tributária na localidade foi reconhecida definitivamente pelo Governo do Distrito Federal através da publicação do Ato Declaratório Nº 622 – NUBEF/ GEESP/COTRI/SUREC/SEF/SEEC, em 04 de outubro de 2019.

14.3. IPTU a Recolher

Valores relativos ao imposto dos edifícios próprios localizados nos municípios onde a imunidade foi implementada não são recolhidos e seus valores são provisionados até que decisão formal em definitivo sobre a imunidade seja publicada, seja na esfera administrativa ou judicial. Após decisão definitiva favorável os valores poderão ser apropriados pelo SERPRO.

Nota 15. Processo trabalhista a pagar

Descrição	Em milhares de R\$	
	Jun/2021	Dez/2020
Empregados do quadro interno	5.320	10.161
Empregados do quadro interno	18.082	45.256
Total	23.402	55.417

Valores a pagar decorrentes de acordos judiciais em ações trabalhistas movidas por empregados do quadro externo, cedidos à Receita Federal do Brasil e do quadro interno. Com relação aos valores decorrentes de acordo em ação movida por empregados do quadro externo, os pagamentos das parcelas mensais são ressarcidos pela União.

Nota 16. Provisões trabalhistas, cíveis e administrativas

16.1. Classificação dos riscos das provisões trabalhistas e cíveis

Os advogados classificam os processos e atribuem o risco, com base no histórico do pedido, na experiência e no andamento do processo. Os riscos processuais são classificados no Serpro da seguinte forma:

Provável (51 a 100%): Os valores referentes a processos judiciais classificados com risco provável são contabilizados como passivo.

Possível (25 a 50%): Processos, cuja classificação de risco corresponde a possível, são inseridos nas notas explicativas (na seção de passivos contingentes), mas não estão reconhecidas e evidenciadas nas demonstrações financeiras

Remoto (0,1 a 25%): classificação empregada quando a chance de um ou mais eventos ou decisões desfavoráveis ser proferida é reduzida, configurando-se como um processo que dificilmente trará perdas ou prejuízos ao Serpro, ou são insignificantes as chances de que existam perdas.

16.2. Provisões trabalhistas e cíveis

Descrição	Em milhares de R\$	
	Jun/2021	Dez/2020
Provisões trabalhistas e cíveis	368.415	427.209

São provisionados os processos classificados como prováveis, em que a Empresa é ré e estão em fase de execução (ou seja, não há dúvida da existência do evento passado). A estimativa é realizada pelo método do valor esperado de acordo com a interpretação da NBC TG 25 (R2) (item 40). O risco é atribuído pelo advogado e o valor apurado pelo perito assistente com base no valor homologado de sentença de execução. A maioria dos processos são de natureza trabalhista,

representando mais de 98% do passivo provisionado. A Administração entende que as provisões de R\$ 368,4 milhões, constituídas para fazer frente aos processos trabalhistas e cíveis são suficientes para representar, os riscos de eventuais decisões judiciais desfavoráveis (NBC TG 25).

16.2.1. Movimentação dos processos

	Em milhares de R\$
Saldo da provisão 31/12/2020	427.209
Processos que entraram na provisão	42.511
Processos que saíram da provisão	(4.807)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	12.816
Redução nos processos anteriormente provisionados	(82.020)
Saldo da provisão 31/03/2021	395.709
Processos que entraram na provisão	17.801
Processos que saíram da provisão	(4.300)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	11.343
Redução nos processos anteriormente provisionados	(52.136)
Saldo da provisão 30/06/2020	368.416

O Serpro espera que parte do passivo seja reembolsado. Desta forma, e seguindo a NBC TG 25 (item 53), é contabilizado um ativo das ações de empregados cedidos, já que destes se espera a devolução dos valores desembolsados.

16.2.2. Expectativa de reembolso

Como o fundamento do reembolso é legal e a administração pública (de quem se espera o reembolso) é adstrita ao princípio da legalidade, a administração do Serpro julga que o reembolso é praticamente certo. Existe um trabalho contínuo para diminuição do passivo judicial através da celebração de acordos judiciais. Os esforços para celebração de composições amigáveis, reduziram sensivelmente o passivo de alguns dos processos de maior valor, e o Serpro continua empenhado em celebrar acordos benéficos para a Empresa.

16.2.3. Declaração da Administração quanto ao reconhecimento e divulgação de provisões judiciais

A apropriação das provisões judiciais cumpre norma contábil (NBC TG 25 (R2)), o que não representa o reconhecimento da perda dos processos por parte da Empresa.

16.3. Provisões administrativas

	Em milhares de R\$	
Descrição	Jun/2021	Dez/2020
Provisões administrativas tributárias	49.939	17.296

Em consequência do reconhecimento definitivo da imunidade tributária, pelo DF, sobre os serviços prestados para entes públicos, a Empresa realizou provisão administrativa de R\$49,9 milhões referentes ao ISS para ressarcimento aos clientes.

Nota 17. Resultado do Exercício

17.1. Receita Bruta

17.1.1. Composição por obrigação de desempenho

Descrição	Em milhares de R\$	
	Jun/2021	Jun/2020
Hospedagem de aplicações	1.087.629	1.064.924
Desenvolvimento e manutenção de software	102.549	81.525
Atendimento a Ambientes de Rede Local	67.230	74.671
Emplaca - Sistema Nacional de Emplacamento	57.021	28.519
Datavalid	52.889	20.541
Administração de rede de longa distância	45.844	43.111
Gestão de margem consignável	45.791	45.743
Infoconv	19.010	16.080
Denatran Consulta Online	16.230	14.879
Emissão de CNH	15.472	11.020
Demais obrigações de desempenho	131.022	169.263
Serviços a Faturar	(7.381)	(15.263)
Total	1.633.306	1.555.013

Em 2021, a Receita Bruta apresentou crescimento de R\$ 78,3 milhões quando comparado ao 2º trimestre de 2020, um aumento de 5,03%. A variação positiva de receita, no período analisado, é fruto dos esforços voltados para a diversificação de carteira e ampliação do portfólio de serviços, que trouxeram resultados positivos, evidenciados pelo crescimento da participação do mercado privado, que atualmente representa 15,34% de toda a carteira da empresa.

17.1.2. Receita maiores clientes

Cliente	Vinculado	Em milhares de R\$	
		Jun/2021	Jun/2020
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB	Min. Economia	723.475	741.950
Ministério da Economia - Diretoria Adm.Logística	Min. Economia	244.562	247.574
Secretaria do Tesouro Nacional – STN	Min. Economia	102.241	98.482
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN	Min. Economia	90.706	95.190
Ministério da Infraestrutura	Min.Infraestrutura	71.298	11.427
Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública	Min. Justiça	34.161	25.133
DNIT – Depto Nacional de Infraestrutura de Transportes	Min.Infraestrutura	20.315	18.008
MRE – Depto de Comunicações e Documentação	Min. Rel. Exteriores	8.851	188
Suframa - Superintendência da Zona Franca de Manaus	Min. Economia	7.342	7.896
Banco do Brasil SA Direção Geral	Min. Economia	6.469	6.479
Demais Clientes Públicos		80.669	151.751
Cliente Públicos - Total		1.390.089	1.404.078
Clientes Privados		250.598	166.198

Serviços a Faturar	(7.381)	(15.263)
Receita Total	1.633.305	1.555.013

Considerando a receita por cliente, observa-se uma redução de 1%, cerca de R\$ 14,0 milhões referentes a clientes públicos, em relação ao mesmo período do ano anterior. Tal variação pode ser justificada pela redução, principalmente, dos clientes públicos Não OGU, uma vez que a receita, oriunda dos clientes Públicos OGU apresentou estabilidade no período.

17.2. Receita Líquida

Em milhares de R\$

Descrição	Jun/2021	Jun/2020
Receita bruta	1.633.306	1.555.013
(-) ISS	36.327	36.089
(-) PIS / PASEP	24.661	24.473
(-) COFINS	113.598	112.732
(-) ICMS	22	33
(-) INSS patronal	70.948	69.686
(-) Descontos concedidos	54.223	2.819
(-) Vendas canceladas	725	613
Receita operacional líquida	1.332.802	1.308.568

17.3. Custos e despesas operacionais

Em milhares de R\$

Descrição	Jun/2021			Jun/2020 Reapresentado		
	CSP	Despesa	Total	CSP	Despesa	Total
Despesas com pessoal e benefícios	(524.701)	(216.915)	(741.616)	(573.943)	(258.294)	(832.237)
Depreciação e amortização	(36.210)	(14.074)	(50.284)	(43.020)	(11.070)	(54.090)
Locação	(27.033)	(7.994)	(35.027)	(16.239)	(5.667)	(21.905)
Manutenção	(36.642)	(16.011)	(52.653)	(28.241)	(16.740)	(44.981)
Serviços de Comunicação	(21.358)	(3.532)	(24.890)	(14.817)	(1.754)	(16.571)
Serviços profissionais e contratados	(34.668)	(6.355)	(41.023)	(23.273)	(16.717)	(39.990)
Serviços públicos	(8.729)	(3.415)	(12.144)	(7.958)	(5.144)	(13.102)
Resultado com créditos a receber	(0)	(18.960)	(18.960)	(0)	(31.808)	(31.808)
Créditos tributários	2.168		2.168	4.325	0	4.325
Despesas tributárias diversas	0	(4.010)	(4.010)	0	(1.446)	(1.446)
Materiais	(83)	(1.639)	(1.722)	(32)	(1.049)	(1.081)
Outras despesas/receitas	(66)	(26.728)	(26.794)	(807)	(9.985)	(10.792)
Resultado com ações judiciais	0	25.704	25.704	(0)	(25.009)	(25.009)
Total	(687.322)	(293.930)	(981.252)	(704.005)	(384.681)	(1.088.686)

No tocante ao gasto total (custos e despesas), observa-se uma retração de 10,03%, quando comparado ao mesmo período de 2020, impactando positivamente o resultado em cerca de R\$ 109,6 milhões. Esse recuo foi influenciado, sobretudo, pela redução nas contas de Gastos com Pessoal, Resultado com Créditos a Receber e Resultado com Ações Judiciais.

17.3.1. Aumentos e Reduções dos gastos

Em relação aos grupos que apresentaram aumento de gastos, quando comparados a junho de 2020, destacam-se: Locação (R\$ 13,1 milhões), Serviços de Comunicação (R\$ 8,3 milhões) e Outras Receitas e Despesas (R\$ 16 milhões).

Quanto às reduções, destacam-se:

O gasto com pessoal apresentou resultado 10,89% inferior ao mesmo período do exercício passado, o que corresponde a R\$ 90,6 milhões. Tal retração é justificada pela adesão de 838 empregados ao Plano de Demissão Voluntária, concluído em Dezembro/2020.

Resultado com Créditos a Receber: reduziu aproximadamente R\$ 23,4 milhões (55,27% a menos, comparado ao mesmo período do exercício anterior), resultado da adimplência do exercício anterior e da revisão da metodologia de reconhecimento das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

Resultado com ações judiciais reduziu R\$ 50,7 milhões (202,78% a menos, comparando com junho/2020). Movimento influenciado, sobretudo, por acordos judiciais que impactaram positivamente o resultado, devido à reversões de provisões e à reversões de ajustes de perdas de depósitos judiciais.

Serviços públicos apresentou redução de 7,31% (R\$ 958 mil), sendo proveniente da redução na utilização de serviços decorrente da implantação do trabalho remoto durante esse período de pandemia da COVID-19.

17.3.2. Custo de benefícios de assistência à saúde aos empregados - CGPAR

A Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participação Societária da União- CGPAR nº 23 de janeiro de 2018, definiu diretrizes e parâmetros para o custeio das empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde aos empregados, estabelecendo o prazo para aderência à Resolução de 48 meses após sua publicação.

O artigo 3º da referida Resolução limita a participação da Empresa no custeio de assistência à saúde a um percentual da folha de pagamento, respeitando a paridade, ou seja, a participação da Empresa Estatal não poderá ser maior que a participação dos empregados no custeio de assistência à saúde.

A Empresa vem implementando procedimentos para melhorar a gestão, evidenciação e acompanhamento dos gastos com o benefício de assistência à saúde.

17.3.2.1. Gasto total em Saúde - Jun/2021

	Em milhares de R\$
Descrição	Jun/2021
Utilização Plano de Saúde + Odontológico	81.617
Despesas Administrativas	9.193
Total Gastos com Saúde	90.810

Com os dados atuais é possível apurar que o gasto total em 2021 com benefício foi de R\$ 90,8 milhões, englobando a utilização do plano de saúde e odontológico e as despesas administrativas.

17.3.2.2 Participação custeio Assistência à Saúde - 2021

Em milhares de R\$

Descrição	Participação	% Participação
Participação Empregados + PSE	68.904	75,88%
Participação Empresa	21.905	24,12%
Total Gastos com Saúde	90.809	100,00%

Conforme demonstrado acima, a participação da Empresa no custeio do benefício de assistência à saúde aos empregados no exercício de 2021 foi de R\$ 21,9 milhões, correspondendo a 3,62% da folha de pagamento e a 24,12% do total gasto com o benefício. A Empresa está aderente aos limites definidos pela Resolução CGPAR número 23 no que tange ao custeio do benefício de assistência à saúde.

17.4. Resultado Financeiro

Em milhares de R\$

Descrição	Jun/2021	Jun/2020
Despesa Financeira	(5.356)	(11.373)
Receita Financeira	36.366	56.708
Resultado Financeiro	31.010	45.335

O resultado financeiro impactou negativamente o resultado do 2º trimestre de 2021 em R\$ 14,3 milhões, representando uma redução do resultado financeiro, quando comparado com o mesmo trimestre de 2020. Em relação às despesas, observa-se queda na ordem de R\$ 6,0 milhões, impactada principalmente pela retração em descontos financeiros concedidos. Já, em relação a receita, a retração de R\$ 20,3 milhões foi influenciada, principalmente, pela redução na remuneração das aplicações no fundo extramercado, devido à queda de rendimento mensal que é lastreada no índice SELIC.

17.5. Tributos sobre o lucro

O Serpro apura o IRPJ e a CSLL pelo regime de tributação do Lucro Real na modalidade anual, e no exercício de 2019, amparado em decisão própria na Ação Cível Originária - 2.658/DF transitada em julgado, e nos Pareceres Técnicos de sua assessoria jurídica, aplicou a imunidade tributária recíproca ao IRPJ, excluindo do Lucro Real, a parcela do resultado atribuído aos serviços prestados aos órgãos e as entidades públicas, mantendo a tributação sobre o lucro decorrente do resultado da parcela não imune.

Por inexistir regra específica para as empresas públicas como o SERPRO quanto à escrituração das obrigações acessórias de método para apuração dos resultados auferidos da prestação de serviços imune e não imune, a segregação dos lucros oriundos do poder público daqueles provenientes das entidades de direito privado foi proporcional à receita líquida faturada.

Quanto ao ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro em como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o lucro, a Empresa avaliou os requisitos da norma e não identificou impactos quanto à contabilização de passivos,

visto que os procedimentos aplicados na apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro seguem a legislação e decisões de tribunais administrativos e judiciais.

17.5.1. Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	Em milhares de R\$	
	Jun/2021	Jun/2020
Despesas de IRPJ e CSLL correntes	(47.294)	(35.359)
Despesas de IRPJ e CSLL diferidas	18.266	15.633
Total	(29.028)	(19.726)

17.5.2. Conciliação da despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	Em milhares de R\$	
	Jun/2021	Jun/2020
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	382.560	265.217
(a) Tributos sobre o lucro (34%)	(130.070)	(90.174)
(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:	82.776	54.815
Incentivos fiscais	693	808
Juros sobre capital próprio	14.112	13.650
Adições e Exclusões s/ diferenças temporárias	(22.569)	(23.719)
Compensação de Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	11.067	15.505
Exclusão de lucro atribuído ao setor público (17.5.3)	79.370	49.727
Outras adições e exclusões	103	(1.156)
(c) Total dos tributos correntes (a) + (b)	(47.294)	(35.359)
Reversão Tributos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	(4.303)	(8.053)
Constituição Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	22.569	23.686
(d) Total dos tributos diferidos (17.5.4)	18.266	15.633
(e) Total dos tributos correntes e diferidos (c) + (d)	(29.028)	(19.726)
<i>Alíquota efetiva (Total / Lucro)</i>	<i>-7,6%</i>	<i>-7,4%</i>

As despesas de IRPJ e CSLL do período compreendem os tributos correntes e diferidos que, confrontados com o lucro contábil (R\$ 382,6 milhões), resultaram numa alíquota efetiva de 7,6%, equivalente a despesa de R\$ 29 milhões. Esse resultado foi influenciado pelo aumento do lucro contábil, com reflexo da exclusão de lucro atribuída ao setor público e a compensação de prejuízo fiscal; e pelas variações das diferenças temporárias.

17.5.3. Demonstração da apuração do lucro a excluir do IRPJ

17.5.3.1. Distribuição da Receita Líquida

Descrição	Em milhares de R\$			
	Jun/2021	%	Jun/2020	%
Receita Operacional Líquida	1.332.802		1.308.568	
(-) Receita operacional líquida a faturar	(1.482)		(33.372)	

Receita Operacional Líquida a distribuir	1.331.320		1.275.196	
Receita líquida atribuída ao setor público	1.105.485	83,0	1.118.997	87,8
Receita líquida atribuída ao setor privado	225.835	17,0	156.199	12,2

17.5.3.2. Apuração do lucro atribuído ao setor público a excluir do IRPJ

Em milhares de R\$

Descrição	Jun/2021	%	Jun/2020	%
Lucro Líquido antes dos tributos sobre o lucro	382.560		265.217	
Adições/Exclusões	(222)		(38.543)	
Lucro Líquido ajustado a atribuir	382.338		226.674	
Lucro atribuído ao Setor Público Imune de IRPJ	317.481	83,0	198.909	87,8
Lucro atribuído ao Setor Privado	64.857	17,0		12,2
IR s/ o Lucro atribuído ao Setor Público Imune a excluir	79.370		49.727	

Trata-se de detalhamento da apuração do lucro na prestação de serviço atribuído ao setor público imune de IRPJ (R\$317,5 milhões), que corresponde a exclusão de R\$ 79,4 milhões do IRPJ corrente em 2021 (R\$ 49,8 milhões em 2020).

17.5.4. Movimentação dos saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos

Em milhares de R\$

Descrição	Dez/2020	DRE	Jun/2021
(a) Passivo fiscal diferido - Circulante	(49.667)	(969)	(50.636)
Provisão Ativa - Receita a Faturar (CPC 47)	(42.133)	(504)	(42.637)
Distribuição de Superávit SERPROS - CP	(7.534)	(465)	(7.999)
(b) Ativo fiscal diferido - Não Circulante	615.687	29.784	645.471
Provisões trabalhistas e cíveis	145.251	(19.990)	125.261
Passivo atuarial	206.444	1.369	207.813
Provisão sobre créditos de liquidação duvidosa	128.862	293	129.155
Provisões Trabalhistas	47.832	13.116	60.948
Provisões Tributárias	64.121	33.485	97.606
Saldo da Base Negativa - CSLL	4.303	(4.303)	0
Outras provisões	18.874	5.814	24.688
(c) Passivo fiscal diferido - Não Circulante	(115.572)	(10.548)	(126.120)
Processos trabalhistas - PSE	(38.574)	(12.985)	(51.559)
Provisão ativa - Fundos de Pensão	(36.812)	2.164	(34.648)
Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis	(40.186)	273	(39.913)
(d) Créditos Fiscais Diferidos Não Circulante (b) + (c)	500.115	19.236	519.351
(e) Total Créditos Fiscais Diferidos (a) + (d)	450.448	18.267	468.715

O saldo de R\$ 468,7 milhões resulta da diferença entre o ativo fiscal diferido (R\$ 645,5 milhões) e o passivo fiscal diferido do circulante (R\$ 50,6 milhões) e não circulante (R\$

126,1 milhões). Os tributos diferidos foram reconhecidos às alíquotas nominais do imposto de renda e da contribuição social.

O crédito relativo às provisões tributárias foi constituído sobre o IPTU, ISS e o PASEP/COFINS a recolher registrados no passivo não circulante, e sua reversão se dará na liquidação dessas provisões. Quanto ao crédito tributário sobre a Base Negativa da CSLL de R\$ 4,3 milhões, foi utilizado na compensação do tributo corrente.

17.5.5. Reflexo da aplicação da Imunidade Tributária no IRPJ

17.5.5.1. Reflexo na apuração dos tributos correntes

Em milhares de R\$

Descrição	Com Imunidade	Sem Imunidade	Efeito
Lucro antes dos Tributos	382.560	382.560	0
(a) Tributos sobre o lucro a 34%	(130.070)	(130.070)	0
(b) Ajustes que afetaram os tributos:	82.776	27.601	55.175
Incentivos fiscais	693	1.077	(384)
Demais adições e exclusões	(8.354)	(8.354)	0
Exclusão do lucro atribuído ao setor público	79.370	0	79.370
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	11.067	34.878	(23.811)
(c) Despesa de IRPJ e CSLL correntes (a) + (b)	(47.294)	(102.469)	55.175

A exclusão do lucro atribuído ao setor público para o IRPJ gerou uma economia de R\$ 55,2 milhões nos tributos correntes, com reflexo no incentivo fiscal e na compensação do prejuízo fiscal.

17.5.5.2. Reflexo na apuração dos tributos diferidos

Em milhares de R\$

Descrição	Com imunidade		Sem imunidade	
	Prejuízo fiscal	Não constituído	Prejuízo fiscal	Não constituído
AFD de IRPJ não constituído sobre saldo de prejuízo fiscal				
Saldo em Dez/2020	288.586	72.147	45.769	11.442
Compensação em 2021	(26.877)	(6.719)	(45.769)	(11.442)
Saldo em Jun/2021	261.709	65.426	0	0

Na aplicação da imunidade tributária não foi constituído Ativo Fiscal Diferido (R\$ 65,4 milhões) sobre o saldo de prejuízo fiscal de IRPJ. Sem a imunidade tributária a empresa não teria crédito tributário sobre prejuízo fiscal a constituir, por sua utilização seria integral no período.

Nota 18. Partes Relacionadas

18.1. Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC

O Serpros Fundo Multipatrocinado, entidade que administra os planos previdenciários dos empregados e ex-empregados do Serpro é considerada parte relacionada do Serpro, tendo em vista que os Conselhos Deliberativo e Fiscal da entidade são formados, paritariamente, por

conselheiros indicados pelo Patrocinador e por conselheiros eleitos pelos participantes e assistidos (empregados ou ex-empregados do Patrocinador). Além disso, o Serpro indica todos os integrantes da Diretoria Executiva da entidade.

As operações com o Serpros e o consequente impacto nas demonstrações financeiras estão apontadas nas seguintes notas explicativas:

Em milhares de R\$

Operação	AC	ANC	PC	PNC	PL
Créditos a Receber (NE 6.3)	23.528				
Créditos realizáveis a longo prazo (NE 8.4)		13.724			
Créditos realizáveis a longo prazo – LFTSC (NE 8.4)		88.182			
Valores retidos de participantes (NE 13.5)			5.369		
Encargos sobre contribuições (2013 a 2017) (NE 13.5)			13.344		
Benefício pós-emprego - Passivo atuarial				611.215	
AVP - Perdas/Ganhos atuariais					441.311
Tributos - AVP - Perdas/Ganhos atuariais					(150.046)
Total	23.528	101.906	18.713	611.215	291.265

18.2. Composição dos órgãos estatutários

O Ministério da Economia, cliente relevante e órgão ao qual o Serpro é diretamente vinculado, possui 3 representantes no Conselho de Administração e 2 representantes no Conselho Fiscal. O cliente Secretaria do Tesouro Nacional é representado por 2 membros no Conselho A Secretaria do Tesouro Nacional é representada por 1 membro no Conselho Fiscal.

18.3. Transações comerciais

Em milhares de R\$

Clientes	Receita Bruta	Faturas a vencer	Faturas vencidas		
			Até 364 dias	365 dias ou mais	Faturas em Avaliação de Direito
Secretaria da Receita Federal do Brasil	723.475	121.109	2.624	45.714	243.280
Ministério da Economia*	244.562	99.365	164.078	33.684	9.228
Secretaria do Tesouro Nacional	102.241	18.433	0	0	0
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	90.706	14.417	14.483	21.928	0
DENATRAN	71.298	5.245	8.646	56	695
Sec. Gestão e Ensino em Segurança Pública	34.161	11.371	17.308	1.337	0
DNIT	20.315	398	0	115	0
Ministério da Relações Exteriores	8.851	3.545	3.679	0	0
SUFRAMA	7.342	1.251	2.400	29	0
Demais Clientes OGU	87.137	19.080	22.316	14.428	3.961
Total	1.390.088	294.214	235.534	117.291	257.164

Conforme prevê os artigos 3º e 4º do Estatuto Social, o objeto social do Serpro está relacionado à prestação de serviços de tecnologia da informação ao Governo Federal, e entre suas finalidades consta a de atender prioritariamente aos órgãos do Ministério da Economia.

Gileno Gurjão Barreto
Diretor Presidente

André de Cesero
Diretor de Relacionamento com
Clientes

Antônio de Pádua Ferreira
Passos
Diretor de Administração

Antonino dos Santos Guerra
Neto
Diretor de Operações

Ricardo Cezar de Moura Jucá
Diretor de Desenvolvimento

Wilson Biancard Coury
Diretor de Desenvolvimento
Humano

Carla Ribeiro Alves Marques
Contadora CRC 015723/O-9

Anexo I. Normas brasileiras de contabilidade aplicáveis

Norma	Assunto	CPC	IASB
NBC TG 01 (R4)	Redução ao valor recuperável de ativos	CPC 01(R1)	IAS 36
NBC TG 03 (R3)	Demonstração dos fluxos de caixa	CPC 03 (R2)	IAS 07
NBC TG 05 (R3)	Divulgação sobre partes relacionadas	CPC 05 (R1)	IAS 24
NBC TG 09	Demonstração do valor adicionado (DVA)	CPC 09	-
NBC TG 13	Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da nº 449/08	CPC 13	-
NBC TG 21 (R4)	Demonstração Intermediária	CPC 21	IAS 34
NBC TG 22 (R2)	Informações por segmento	CPC 22	IFRS 08
NBC TG 23 (R2)	Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação	CPC 23	IAS 08
NBC TG 24 (R2)	Evento subsequente	CPC 24	IAS 10
NBC TG 25 (R2)	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes,	CPC 25	IAS 37
NBC TG 26 (R5)	Apresentação das demonstrações contábeis	CPC 26 (R1)	IAS 01
NBC TG 27 (R4)	Ativo imobilizado	CPC 27	IAS 16
NBC TG 31 (R4)	Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada	CPC 31	IFRS 05
NBC TG 32 (R4)	Tributos sobre o lucro	CPC 32	IAS 12
NBC TG 33 (R2)	Benefícios a empregados	CPC 33 (R1)	IAS 19
NBC TG 37 (R5)	Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade	CPC 37 (R1)	IFRS 01
NBC TG 47	Receita de contrato com cliente	CPC 47	IFRS 15
NBC TG 48	Instrumentos financeiros	CPC 48	IFRS 09
ITG 08	Contabilização da proposta de pagamento de dividendos	ICPC 08 (R1)	-
ITG 10	Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento	ICPC 10	-

Anexo II. Legislação aplicável

Legislação	Data	Assunto
LC 109/2001	29/05/2001	Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar
LC 116/2003	31/07/2003	Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal.
Lei 4.516/1964	01/12/1964	Cria o Serviço Federal de Processamento de Dados, vinculado ao Ministério da Fazenda.
Lei 5.615/1970	13/10/1970	Dispõe sobre o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e dá outras providências.
Lei 6.404/1976	15/12/1976	Dispõe sobre as Sociedades por Ações.
Lei 8.020/1990	12/04/1990	Dispõe sobre as entidades fechadas de previdência privada e suas patrocinadoras, no âmbito da Administração Pública Federal.
Lei 8.666/1993	21/06/1993	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
Lei 9.245/1995	26/12/1995	Altera dispositivos do Código de Processo Civil, relativos ao procedimento sumaríssimo.
Lei 9.430/1996	27/12/1996	Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social e o processo administrativo de consulta.
Lei 9.636/1998	15/05/1998	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.
Lei 10.406/2002	10/01/2002	Institui o Código Civil.
Lei 10.833/2003	29/12/2003	Altera a Legislação Tributária Federal.
Lei 11.638/2007	28/12/2007	Altera e revoga dispositivos da Lei 6.404/76, e da Lei 6.385/76 e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.
Lei 11.941/2009	27/05/2009	Entre outros, institui regime tributário de transição, alterando a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
Lei 12.942/2013	27/12/2013	Abre crédito especial ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Turismo.
Lei 12.973/2014	13/05/2014	Revoga o Regime Tributário de Transição e dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil.
Lei 13.303/2016	30/06/2016	Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias no âmbito da União, dos Estados, do DF e dos Municípios.
Decreto 101/1991	17/04/1991	Regulamenta a Lei nº 8.167/91, que altera a legislação do IR relativa a incentivos fiscais e condições operacionais dos fundos de investimentos regionais.
Decreto 6.976/2009	07/10/2009	Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências.
Decreto 8.945/2016	27/12/2016	Regulamenta, no âmbito da União, a Lei no 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

IN 787/2007	20/11/2007	Institui a Escrituração Contábil Digital.
RIR 99/ Decreto 3.000	26/03/1999	Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos.
Portaria MF 184/2008	25/08/2008	Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-las convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Anexo III. Sumário de siglas e abreviaturas

ACO – Ação Cível Originária	CUP – Crédito Unitário Projetado
ACT – Acordo Coletivo de Trabalho	CVM – Comissão de Valores Mobiliários
AFD – Ativo Fiscal Diferido	DCTF – Declaração de Débitos e Créditos de Tributos Federais
AGU – Advocacia-Geral da União	DENATRAN - Departamento Nacional de Trânsito
APA – Ações de Preparação para a Aposentadoria	DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa
BACEN – Banco Central do Brasil	DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
BD – Benefício Definido	DPI – Declaração Padronizada do ISSQN
BPA – Benefício Proporcional Acumulado	DRE – Demonstração do Resultado do Exercício
BRGAAP – Normas de Contabilidade Geralmente Aceitas no Brasil	DVA – Demonstração do Valor Adicionado
CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais	EFPC – Entidade Fechada de Previdência Complementar
CASSI – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	FAE – Fundo de Aplicação Extramercado Comum
CD – Contribuição definida	FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
CDT – Carteira Digital de Trânsito	FINAM – Fundo de Investimentos da Amazônia
CFC – Conselho Federal de Contabilidade	FINOR – Fundo de Investimentos do Nordeste
CGPAR – Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participação Societária da União	FIPE – Fundação Instituto de Pesquisa Econômica
CGU – Controladoria Geral da União	ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
CMN – Conselho Monetário Nacional	IEA – Indenização Especial de morte por Acidente
CNH – Carteira Nacional de Habilitação	INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor
CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica	INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	IPA – Invalidez Permanente total ou parcial por Acidente
COJUR – Consultoria Jurídica	IPC – Índice de Preços ao Consumidor
CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis	IRPJ – Imposto Renda Pessoa Jurídica
CPF - Cadastro de Pessoas Físicas	ISS – Imposto Sobre Serviços
CPRB – Contribuição previdenciária sobre a receita bruta	ITG – Interpretação Técnica Geral
CRLV – Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo	JSCP – Juros Sobre Capital Próprio
CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	LFTSC – Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina
CSP – Determinação do custo dos serviços prestados	LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

MANAD – Manual Normativo de Arquivos Digitais	SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
MEI – Microempreendedor Individual	SEST – Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
MF – Ministério da Fazenda	SIAFI– Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
MPDG – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	SICONV– Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
MPT – Ministério Público do Trabalho	SIGEPE – Sistema de Gestão de Pessoas
NBC TG – Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral	SISCOMEX – Sistema Integrado de Comércio Exterior
NF-e – Nota Fiscal Eletrônica	SISDEPEN – Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional
NR – Nota de Ressarcimento	SNE – Sistema de Notificação Eletrônica
ORA – Outros Resultados Abrangentes	SPED – Sistema Público de Escrituração Digital
PAS-ODONTO/Serpro – Plano de Assistência à Saúde Bucal do Serpro	STF – Supremo Tribunal Federal
PAS/Serpro – Programa de assistência à saúde dos empregados do Serpro	STN – Secretaria do Tesouro Nacional
PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	SUPGL – Superintendência Logística
PAT – Parcelamento administrativo de débitos tributários	SUPJU – Superintendência Jurídica
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação	TI – Tecnologia da Informação
PECLD – Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa	TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo
PERT – Programa Especial de Regularização Tributária	TR – Taxa Referencial
PETI – Plano Estratégico de Tecnologia da Informação	TST – Tribunal Superior do Trabalho
PFD – Passivo Fiscal Diferido	VJORA – Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes
PGFN – Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	VJR – Valor Justo em Resultado
PIS – Programa Integração Social	VT/SP – Vara do Trabalho de São Paulo
PLR – Participação nos Lucros e Resultados	
PND – Programa nacional de desestatização	
PS-I – Plano Serpro I	
PS-II – Plano Serpro II	
PSE – Pessoal Serviço Externo	
RECEITANET – Declaração do Imposto de Renda via Internet	
RFB – Secretaria da Receita Federal do Brasil	
RVA – Remuneração Variável Baseada em Ações	